



## **Acórdão 01105/2020-3 - 2ª Câmara**

**Processo:** 02143/2020-6

**Classificação:** Prestação de Contas Anual de Ordenador

**Exercício:** 2019

**UG:** CME - Câmara Municipal de Ecoporanga

**Relator:** Domingos Augusto Taufner

**Responsável:** GREIDISMAR LOPES DOS SANTOS

**CONTROLE EXTERNO – PRESTAÇÃO DE CONTAS  
ANUAL DE ORDENADOR —CÂMARA MUNICIPAL  
DE ECOPORANGA – EXERCÍCIO DE 2019  
REGULAR – RECOMENDAÇÃO - QUITAÇÃO -  
ARQUIVAR.**

**O EXMO. SR. CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER:**

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Prestação de Contas Anual de Ordenador, da Câmara Municipal de Ecoporanga, referente ao exercício financeiro de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Greidismar Lopes dos Santos.

O Núcleo de Controle Externo de Contabilidade - NCONTAS elaborou a Instrução Técnica Conclusiva - ITC 4258/2020, encampando integralmente a conclusão do Relatório Técnico - RT 243/2020, que nestes termos se pronunciou:

## 9. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A prestação de contas anual analisada refletiu a conduta do presidente da Câmara Municipal de Ecoporanga, sob a responsabilidade de GREIDISMAR LOPES DOS SANTOS, em suas funções como ordenador de despesas, no exercício de 2019.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 43/2017.

Sob o aspecto técnico-contábil, opina-se pelo julgamento **REGULAR** da prestação de contas sob a responsabilidade de GREIDISMAR LOPES DOS SANTOS, no exercício de 2019, na forma do artigo 84 da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Considerando-se as divergências assinaladas no item 3.1 deste relatório, na forma do art. 12 - A da Res. 297/2016, propõe-se recomendar ao gestor a realização dos ajustes necessários à correta evidenciação das informações contábeis.

Instado a se manifestar, o Ministério Público de Contas, em Parecer 3012/2020 da lavra do Procurador Especial de Contas, Dr. Luciano Vieira, anuiu aos argumentos fáticos e jurídicos delineados pela Área Técnica.

É o sucinto relatório.

## FUNDAMENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES tem suas competências previstas nos artigos 31, § 1º, 71 a 75, da Constituição Federal; nos artigos 71 a 75 da Constituição Estadual; e na Lei Complementar nº 621/2012 – Lei Orgânica do TCEES, de forma que, dentre as competências a ele atribuídas, destaca-se a avaliação dos atos de gestão dos ordenadores de despesas e administradores públicos em geral, refletido nos resultados da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional, traduzidos nas contas anuais por ele prestadas, com o consequente julgamento pela regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas.

Compulsando detidamente os autos, observo que o feito se encontra devidamente instruído, considerando o atendimento a todos os trâmites legais e regimentais, bem

como aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, havendo, assim, aptidão ao julgamento de mérito.

A referida Prestação de Contas foi recebida e protocolada nesta Corte de Contas em 30 de março de 2020 por meio do Sistema CidadES, ou seja, tempestivamente, nos termos do art. 139<sup>1</sup> da Resolução TCEES nº 261/2013.

Cumprе ressaltar terem sido analisadas pelo Corpo Técnico desta Corte de Contas as peças contábeis integrantes da PCA (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais), apresentadas nos moldes da Instrução Normativa TC 28/2013<sup>2</sup>.

Os pontos de controle avaliados foram os relacionados na Resolução TC 297/2016<sup>3</sup>, tendo a Equipe Técnica constatado inconsistência com base no Balanço Financeiro, mas não foram apresentadas justificativas prévias, conforme as seguintes mensagem (Processo TC 02143/2020-6 - Prestação de Contas Anual/2019):

No Balanço Financeiro (BALFIN) há divergência no código BFI.G072 entre o valor informado na PCA 361.800,92 e o valor calculado com base nas PCMs 361.809,18.

No Balanço Financeiro (BALFIN) há divergência no código BFI.G068 entre o valor informado na PCA 361.800,92 e o valor calculado com base nas PCMs 361.809,18.

No Balanço Patrimonial (BALPAT) há divergência no código BPA.D011 entre o valor informado na PCA 361.800,92 e o valor calculado com base nas PCMs 361.809,18.

No Balanço Patrimonial (BALPAT) há divergência no código BPA.D020 entre o valor informado na PCA 234.657,72 e o valor calculado com base nas PCMs 234.649,46.

Não obstante, a Equipe Técnica no RT 243/2020 assinalou que as divergências apontadas são de baixo valor e, na forma do art. 12 - A da Res. 297/2016, propôs apenas **RECOMENDAR** ao gestor a realização dos ajustes necessários à correta evidenciação das informações contábeis, entendimento o qual entendo por acompanhar.

<sup>1</sup> Art. 139. Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, os processos de prestações de contas deverão ser encaminhados anualmente, até o dia 31 de março do exercício seguinte.

<sup>2</sup> Disponível em <<https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/028-2013-Composi%C3%A7%C3%A3o-da-PCA.pdf>>

<sup>3</sup> Disponível em <<https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/Res297-2016-Procedimentos-para-an%C3%A1lise-t%C3%A9cnica-presta%C3%A7%C3%B5es-de-contas-Altera-Res273-2014-1.pdf>>

Registra-se que não há item a ser monitorado no referido exercício.

Cabe salientar que as informações contidas nos demonstrativos contábeis devem se pautar segundo alguns critérios essenciais, em observância aos princípios e às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, dentre os quais destacamos confiabilidade, fidedignidade, verificabilidade e visibilidade, conforme texto da Resolução CFC nº 1.132/08, a saber:

*RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.132/08 Aprova a NBC T 16.5 — Registro Contábil  
FORMALIDADES DO REGISTRO CONTÁBIL*

*[...]*

*4. São características do registro e da informação contábil no setor público, devendo observância aos princípios e às Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público.*

*[...]*

*(c) Confiabilidade – o registro e a informação contábil devem reunir requisitos de verdade e de validade que possibilitem segurança e credibilidade aos usuários no processo de tomada de decisão.*

*(d) Fidedignidade – os registros contábeis realizados e as informações apresentadas devem representar fielmente o fenômeno contábil que lhes deu origem.*

*[...]*

*(l) Verificabilidade – os registros contábeis realizados e as informações apresentadas devem possibilitar o reconhecimento das suas respectivas validades.*

*(m) Visibilidade – os registros e as informações contábeis devem ser disponibilizados para a sociedade e expressar, com transparência, o resultado da gestão e a situação patrimonial do setor público.*

Considerando que não houve divergências detectadas, é possível afirmar que os demonstrativos contábeis, bem como os dados que serviram de base para a sua consecução, estão de acordo com os critérios descritos no fragmento acima.

Ante todo o exposto, acompanhando o opinamento da Área Técnica e do Ministério Público de Contas, VOTO por que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

**DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER**

**Relator**

## 1. ACÓRDÃO TC-1105/2020-3

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os senhores conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

**1.1. Julgar REGULARES** as contas da Câmara Municipal de Ecoporanga, referente ao exercício financeiro de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Greidismar Lopes dos Santos, nos termos do inciso I, do artigo 84, da Lei Complementar 621/2012, dando **quitação** ao responsável, nos termos do art. 85, do mesmo diploma legal;

**1.2. RECOMENDAR** ao gestor, na forma do art. 12 - A da Res. 297/2016, a realização dos ajustes necessários à correta evidenciação das informações contábeis, considerando as divergências assinaladas no item 3.1 do RT 243/2020;

**1.3. Dar ciência** aos interessados;

**1.4.** Após os trâmites regimentais, **arquivar** os autos.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 09/10/2020 – 34ª Sessão Ordinária da 2ª CÂMARA

4. Especificação do quórum:

**4.1** Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner (relator) e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

CONSELHEIRO SERGIO MANOEL NADER BORGES

**Presidente**

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

**Relator**

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

**Fui presente:**

PROCURADOR DE CONTAS LUCIANO VIEIRA

**Em substituição ao procurador-geral**

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

**Subsecretária das Sessões**